

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2022

DENOMINAÇÃO ANARP – ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA

MORADA Rua Coronel Almeida Valente

N. 280 ANDAR LOCALIDADE Porto

FREGUESIA Paranhos

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4200-030

EM / /

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

LOCAL: Porto

Porto 24 / Maço / 2023

DATA: Porto

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

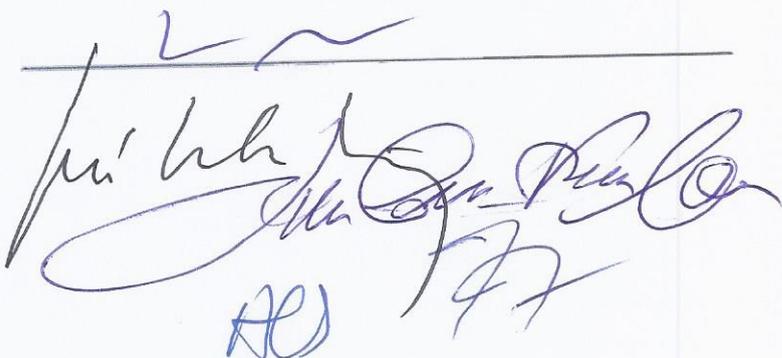
ANARP - ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

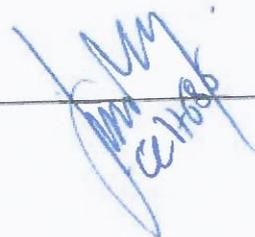
Contribuinte : 503631507
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2022	31-dez-2021
ATIVO			
Ativo não corrente	4	251 631,34	206 860,89
Ativos fixos tangíveis	11.1	5 445,52	4 857,39
Investimentos financeiros		257 076,86	211 718,28
Ativo corrente			
Inventários	6	1 009,18	1 005,34
Créditos a receber	11.3	2 647,00	2 676,75
Estado e outros entes públicos	11.9	670,89	695,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membro	11.2	1 186,00	870,50
Diferimentos	11.5	3 689,26	2 877,50
Outros ativos correntes	11.4	13 400,93	24 396,99
Caixa e depósitos bancários	11.6	60 534,74	29 090,42
		83 138,00	61 612,53
Total do ativo		340 214,86	273 330,81
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	11.7	79 807,66	79 807,66
Reservas	11.7	-89 838,80	-84 154,09
Resultados transitados	11.7	157 489,25	124 499,95
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		147 458,11	120 153,52
Resultado líquido do período		25 870,23	-5 684,71
Total dos fundos patrimoniais		173 328,34	114 468,81
Passivo			
Passivo corrente	11.8	14 771,60	11 758,71
Fornecedores	11.9	13 794,18	13 778,09
Estado e outros entes públicos	5	9 000,00	9 000,00
Financiamentos obtidos	11.5	33 401,18	30 506,37
Diferimentos	11.10	95 919,56	93 818,83
Outros passivos correntes		166 886,52	158 862,00
		166 886,52	158 862,00
Total do passivo		340 214,86	273 330,81
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			

A Direção

O Contabilista Certificado


AL


11/06/2023

ANARP - ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

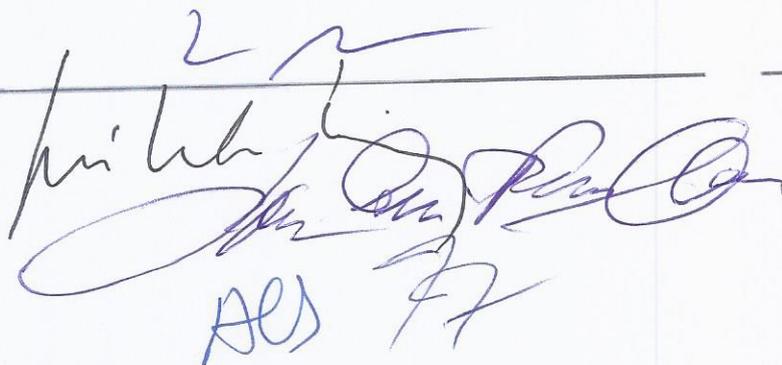
Contribuinte : 503631507

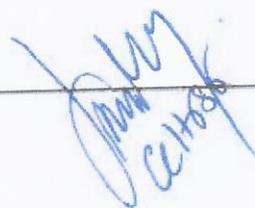
Moeda : euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Vendas e serviços prestados	7	259 430,73	220 597,37
Subsídios, doações e legados à exploração	11.11	539 541,57	524 276,84
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-69 696,97	-51 257,33
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-115 830,61	-107 161,01
Gastos com o pessoal	9	-583 979,44	-589 831,77
Outros rendimentos	11.13	7 375,44	6 134,26
Outros gastos	11.14	-1 549,03	-1 759,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		35 291,69	998,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-8 683,07	-5 954,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26 608,62	-4 956,27
Juros e gastos similares suportados	11.15	-738,39	-728,44
Resultados antes de impostos		25 870,23	-5 684,71
Resultado líquido do período		25 870,23	-5 684,71

A Direção

O Contabilista Certificado


 ALS FF


 Certificado

Entidade: ANARP - ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 503631507

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	INR - Projeto 64/2019 (Informa - Saúde Mental RV)	INR - Projeto 78/2022 (Cultural(mente))	Erasmus+ (Proj.Full Life)	Forum	Creche	Pré-Escolar	CATL	PERÍODOS	
									2022	2021
Vendas e serviços prestados	7	0,00	0,00	0,00	57 191,10	36 476,71	102 127,92	63 635,00	259 430,73	220 597,37
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/9	-1 355,81	0,00	0,00	-1 50 375,08	-203 296,66	-177 654,30	-120 994,56	-653 676,41	-641 089,10
Resultado Bruto		-1 355,81	0,00	0,00	-93 183,98	-166 819,95	-75 526,38	-57 359,56	-394 245,68	-420 491,73
Outros Rendimentos	11.11/11.13	0,00	182,96	5 495,44	186 171,71	187 373,51	136 768,16	30 925,23	546 917,01	530 411,10
Gastos administrativos	4/11.12	0,00	-651,25	-5 495,44	-31 207,69	-44 052,26	-35 006,44	-8 100,60	-124 513,68	-113 115,68
Outros Gastos	11.14	0,00	0,00	0,00	-860,06	-350,14	-273,69	-65,14	-1 549,03	-1 759,96
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1 355,81	-468,29	0,00	60 919,98	-23 848,84	25 961,65	-34 600,07	26 608,62	-4 956,27
Gastos de financiamento (liquidos)	11.15	0,00	0,00	0,00	-738,39	0,00	0,00	0,00	-738,39	-728,44
Resultado antes de impostos		-1 355,81	-468,29	0,00	60 181,59	-23 848,84	25 961,65	-34 600,07	25 870,23	-5 684,71
Resultado líquido do período		-1 355,81	-468,29	0,00	60 181,59	-23 848,84	25 961,65	-34 600,07	25 870,23	-5 684,71

A Direção

O Contabilista Certificado

ANARP - ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

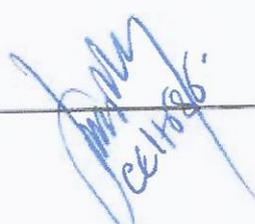
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		258 694,48	223 770,69
Pagamentos a fornecedores		-162 734,47	-139 058,98
Pagamentos ao pessoal		-380 030,75	-381 634,44
Caixa gerada pelas operações		-284 070,74	-296 922,73
Outros recebimentos/pagamentos		328 015,66	293 765,76
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		43 944,92	-3 156,97
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-53 743,58	-1 333,39
Investimentos financeiros		-1 176,90	-1 138,44
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		503,88	307,68
Subsídios ao investimento		40 000,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-14 416,60	-2 164,15
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		9 000,00	9 000,00
Doações		4 147,43	14 241,41
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-10 493,04	-15 000,00
Juros e gastos similares		-738,39	-1 531,61
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 916,00	6 709,80
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		31 444,32	1 388,68
Caixa e seus equivalentes no início do período		29 090,42	27 701,74
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.6	60 534,74	29 090,42

A Direção

O Contabilista Certificado



 Luís M. G. ...
 AD



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Hes' followed by a stylized flourish.

ANARP
ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA

Anexo
Demonstrações Financeiras
2022

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Custos de Empréstimos Obtidos	11
6	Inventários	11
7	Rédito	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
9	Benefícios dos empregados	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
11	Outras Informações	14
11.1	Investimentos Financeiros	14
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14
11.3	Créditos a receber	14
11.4	Outros ativos correntes	14
11.5	Diferimentos	15
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	15
11.7	Fundos Patrimoniais	15
11.8	Fornecedores	15
11.9	Estado e Outros Entes Públicos	16
11.10	Outros passivos correntes	16
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	16
11.12	Fornecimentos e serviços externos	16
11.13	Outros rendimentos	17
11.14	Outros gastos	17
11.15	Resultados Financeiros	17
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	17
11.17	Acontecimentos após data de Balanço	18

1 Identificação da Entidade

A "ANARP – ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada na Direção Geral da Ação Social no Livro nº 6 das Associações de Solidariedade Social, sob o nº 19/97 a fls. 178 verso em 30 de maio de 1996, com sede em Rua Coronel Almeida Valente, nº 280, Porto.

Tem como objetivos:

- Promover o apoio, formação e investigação no domínio da saúde mental e reabilitação psicossocial;
- Promover a reabilitação e reintegração de pessoas com doença mental grave a dar apoio às famílias;
- Promover a integração social de cidadãos inadaptados e/ou em situação de exclusão social, com falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Implementar ações de apoio à infância e juventude, incluindo crianças e jovens em perigo.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Terrenos e recursos naturais	79.807,66				79.807,66
Edifícios e outras construções	311.005,34	49.054,75			360.060,09
Equipamento Básico	49.297,67				49.297,67
Equipamento de Transporte	52.220,42				52.220,42
Equipamento Administrativo	58.167,03	4.398,77			62.565,80
Ativo Tangível Bruto	550.498,12	53.453,52	0,00	0,00	603.951,64
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	185.033,27	7.566,31			192.599,58
Equipamento Básico	49.181,70	115,97			49.297,67
Equipamento de Transporte	52.220,42				52.220,42
Equipamento Administrativo	57.201,84	1.000,79			57.201,84
Depreciações Acumuladas	343.637,23	8.683,07	0,00	0,00	352.320,30
Ativo Tangível Líquido	206.860,89	44.770,45	0,00	0,00	251.631,34

5 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	9.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00	0,00	9.000,00
Total	9.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00	0,00	9.000,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" tem os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	805,90	25.144,89	26.311,88	1.005,34	35.911,20	33.789,61	1.009,18
Total	805,90	25.144,89	26.311,88	1.005,34	35.911,20	33.789,61	1.009,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				51.257,33			69.696,97

7 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços	259.430,73	220.597,37
Quotas de utilizadores	257.080,73	218.842,37
Quotas e joias	2.350,00	1.755,00
Outros Réditos	0,00	0,00
Total	259.430,73	220.597,37

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2022			31-12-2021		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	474.937,42	0,00	0,00	454.718,18
ISS, IP – Medidas Apoio COVID-19	Não reembolsável	0,00	0,00	1.037,55	0,00	0,00	3.475,05
Autarquias – C M Porto	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Autarquias – J F Paranhos	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	18.622,12	0,00	0,00	9.188,26
IAPMEI	Não reembolsável	0,00	0,00	1.512,00	0,00	0,00	1.225,25
INTEGRAR med.5 (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	119.711,49	0,00	4.788,46	124.499,95	0,00	4.788,46
Município Porto (Ativos Fixos Tangíveis - Edifício)	Não reembolsável	37.777,76	0,00	2.222,24	0,00	0,00	0,00
TOTAL		157.489,25	0,00	503.119,79	124.499,95	0,00	475.395,20

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2022 e 2021 foram de "11". Durante o período de 2022 mantiveram-se os Órgãos eleitos para o quadriénio 2021/2024, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – Carlos Manuel Ribeiro de Sousa;
 1º Secretário – Artur Joaquim Vale Peixoto Baptista;
 2º Secretário – Sebastião António Andrade Casaca.

Direção

Presidente – João Filipe dos Santos Teixeira Neto;
 Vice-Presidente – Jorge Augusto Fonseca da Cunha;
 Secretário – Ana Maria Mota Santos;
 Tesoureiro – José Carlos Santos Pinheiro;
 Vogal – Joaquim José Cunha Ferreira Moreira.

Conselho Fiscal

Presidente – António Fernando Mesquita Barbeitos;
 Vogal – Fernando Cunha Correia;
 Vogal – Laura Couto Queirós.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 e em 31/12/2022 foram de "39".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	471.188,70	452.700,46
Indemnizações	1.043,40	14.005,25
Encargos sobre as Remunerações	89.013,57	99.570,30
Seguros de Acidentes no Trabalho	5.103,33	4.878,67
Outros Gastos com o Pessoal	2.414,95	1.239,00
IEFP – Estágios/CEI/CEI+	15.215,49	17.438,09
Total	583.979,44	589.831,77

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas às Finanças em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Outros investimentos financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	5.445,52	4.857,39
Total	5.445,52	4.857,39

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Quotas	1.186,00	870,50
Total	1.186,00	870,50

11.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	2.647,00	2.676,75
Total	2.647,00	2.676,75

11.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Entidades do Setor Público Administrativo- IEFP	0,00	4.026,94
Outros Devedores	13.400,93	20.370,05
Total	13.400,93	24.396,99

11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3.639,57	2.877,50
Rendas e alugueres antecipados	49,69	0,00
Total	3.689,26	2.877,50
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	0,00	5.592,97
ISS, IP - Dotação	13.965,72	0,00
Erasmus +	7.938,85	13.434,29
AEIPS – Projeto Liderança Cidadãos Ativos	11.479,11	11.479,11
Quotas 2023	17,50	0,00
Total	33.401,18	30.506,37

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	7.909,81	4.966,65
Depósitos à ordem	52.624,93	24.123,77
Total	60.534,74	29.090,42

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas	79.807,66	0,00	0,00	79.807,66
Resultados transitados	-84.154,09	0,00	-5.684,71	-89.838,80
Outras variações nos fundos patrimoniais	124.499,95	40.000,00	-7.010,70	157.489,25
Total	120.153,52	40.000,00	-12.695,41	147.458,11

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	14.771,60	11.758,71
Total	14.771,60	11.758,71

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	670,89	695,03
Total	670,89	695,03
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.127,06	3.049,08
Segurança Social	10.570,42	10.634,57
Fundo Compensação do Trabalho	96,70	94,44
Total	13.794,18	13.778,09

11.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal – remunerações a pagar	0,00	7.500,00	0,00	10.500,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	88.419,56	0,00	83.318,83
Total	0,00	95.919,56	0,00	93.818,83

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios das Entidades Públicas	496.109,09	470.606,74
Doações e heranças - Donativos	37.937,04	40.553,33
Outros		
Erasmus+	5.495,44	2.932,04
AEIPS - Projeto Liderança Cidadãos Ativos	0,00	10.184,73
Total	539.541,57	524.276,84

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	26.723,24	33.114,45
Materiais	3.975,14	7.893,91
Energia e fluidos	33.689,17	26.420,94
Deslocações, estadas e transportes	10.443,58	4.186,60
Serviços diversos	36.031,97	30.318,16
Encargos com utentes	4.967,51	5.226,95
Total	115.830,61	107.161,01

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros Rendimentos	7.375,44	6.134,26
Outros rendimentos		
Correções relativas a períodos anteriores	4,10	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	7.010,70	4.788,46
Outros não especificados	360,64	1.345,80
Juros e Outros Rendimentos Similares	0,00	0,00
Total	7.375,44	6.134,26

11.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	993,30	1.364,96
Outros Gastos	555,73	395,00
Total	1.549,03	1.759,96

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	738,39	728,44
Total	738,39	728,44
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-738,39	-728,44

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2022, foi a seguinte:

Creche – 40 utentes;

Pré-escolar – 56 utentes;

CATL – 40 utentes;

Fórum Sócio Ocupacional – 36 utentes.

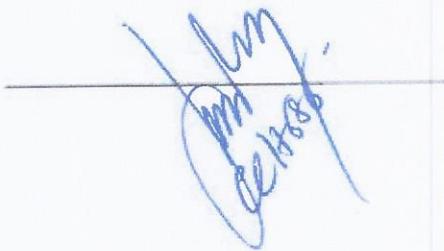
11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado



A Direção





Associação Nova Aurora
Reabilitação e Reintegração
Psicossocial

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

O Conselho Fiscal, dando cumprimento às disposições Legais e Estatutárias conforme o estabelecido no Art.º 44, alínea c), vem submeter a V. Ex.as. o seu relatório e dar nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas, para o ano de 2022, apresentados pela Direção da Associação Nova Aurora.

Assim:

1. O Conselho, ao longo do período em análise, efetuou as verificações julgadas oportunas e adequadas, obtendo, quer da parte da Direção todas as informações relativas aos aspetos mais relevantes da atividade desenvolvida, quer dos serviços administrativos contabilísticos, todos os esclarecimentos solicitados;
2. Excluído este facto, não existe conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os Estatutos e os preceitos legais aplicáveis revelando os números, valores idênticos aos previstos no orçamento aprovado pela Assembleia Geral para o exercício em apreço;
3. Este conselho constatou que os objetivos a que se propôs a Direção, para a nossa Associação, estão a ser seguidos;
4. De salientar que o resultado líquido do exercício apurado foi de **25 870,23 euros**. Este resultado, foi possível pelo aumento dos serviços prestados, dos subsídios e doações, bem como pela diminuição da rubrica despesas com pessoal.



Associação Nova Aurora
Reabilitação e Reintegração
Psicossocial

5. A terminar, o Conselho deseja manifestar o seu agrado pela obtenção de resultados líquidos positivos e solicitar à Direção que mantenha o rigor demonstrado;
6. Tudo, considerado, incluindo o teor do Relatório da Direção, e documentos relativos às Contas, que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos do parecer que a Assembleia Geral:
 - a. Aprove o Relatório da Direção e as Contas, referentes ao exercício de 2022;
 - b. Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório da Direção.

Porto, 21 de Março 2023

António Fernando Mesquita Barbeitos

Fernando Cunha Correia

Laura Couto Queirós

ASSOCIAÇÃO NOVA AURORA - ANARP
CONTRIBUINTE Nº 503 631 507

ATA nº 73
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e três reuniram em Assembleia Geral Ordinária, os associados da Associação Nova Aurora na Reabilitação e Reintegração Psicossocial – ANARP, nas suas instalações na Rua Santa Luzia, Loja nº 738, da cidade do Porto. -----

Por à hora marcada – dezassete horas e trinta minutos – não se encontrarem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, a reunião iniciou-se meia hora depois, ou seja, às dezoito horas. -----

Dada as ausências do Presidente da mesa - Carlos Manuel Ribeiro de Sousa (por motivo profissional, que justificou) e do Primeiro Secretário - Artur Joaquim do Vale Peixoto Baptista (por motivo de doença), foi o Segundo Secretário encarregado de presidir e indigitados dois Associados para secretariar, ficando a mesa com a seguinte composição: Presidente - Sebastião António Andrade Casaca, Primeiro Secretário - associado Jaime Arlindo Teixeira Neto e Segundo Secretário - associado Fernando da Cunha Correia. -----

Estiveram presentes onze associados que assinaram a lista de presenças. -----

A ordem de trabalhos da assembleia foi a seguinte: **Ponto Um** – Aprovação da Ata da Assembleia Geral número setenta e dois, de vinte e cinco de novembro de 2022; **Ponto Dois** – Apreciação e votação do Relatório e Contas de Exercício relativos ao ano de 2022 e apreciação do Parecer do Conselho Fiscal; **Ponto Três** – Outros assuntos de interesse para a associação. -----

Tendo sido verificado, pela Mesa da Assembleia que todos os documentos de suporte aos pontos da agenda estiveram disponíveis para serem consultados na sede da ANARP, desde o dia seis de Março de 2023, conforme regulam os Estatutos, e tendo sido verificada a identidade de todos os Associados presentes, foi dado início aos trabalhos. -----

No **Ponto Um**, o Presidente da Mesa em exercício leu a ata número setenta e dois (referente à reunião anterior) colocando-a de seguida à discussão. Não tendo havido qualquer pedido de intervenção ou pedido de esclarecimento sobre este ponto a ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

No **Ponto Dois**, o Presidente da Direção, João Neto, apresentou resumidamente o Relatório das Atividades da ANARP, passando de seguida a palavra à Responsável do Centro de Reabilitação, Teresa Santos, e à Diretora Centro Infantil, Marta Vitorino, as quais expuseram detalhadamente os respetivos relatórios. De seguida incumbiu o Tesoureiro da Direção da apresentação do relatório de contas, o qual referiu que o total de receitas foi de oitocentos e seis mil, trezentos e quarenta e sete €uros e setenta e quatro cêntimos (€ 806.347,74), dos quais duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e trinta €uros e setenta e três cêntimos (€ 259.430,73) em Participações Familiares, quinhentos e trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e um €uros e cinquenta e sete cêntimos (€ 539.541,57) em Subsídios, Doações e Legados à Exploração e sete mil, trezentos e setenta e cinco €uros e quarenta e quatro cêntimos (€ 7.375,44) em Rendimentos Diversos. O total de gastos atingiu o valor de setecentos e oitenta mil, quatrocentos e setenta e sete €uros e cinquenta e um cêntimos (€ 780.477,51), sendo quinhentos e oitenta e três mil, novecentos e setenta e nove €uros e quarenta e quatro cêntimos (€ 583.979,44) respeitantes a Gastos com o Pessoal, cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e vinte e sete €uros e cinquenta e oito cêntimos (€ 185.527,58) referentes a Materiais Consumidos e Fornecimento de Serviços Externos e dez mil novecentos e setenta €uros e quarenta e nove cêntimos (€ 10.970,49) referentes a Gastos Diversos. -----

O Resultado Líquido apurado foi de vinte e cinco mil, oitocentos e setenta €uros e vinte e três cêntimos (€ 25.870,23). -----

De seguida o Presidente da Mesa em exercício leu o Parecer do Conselho Fiscal. -----

Postos à discussão, os documentos apresentados não suscitaram qualquer dúvida ou comentário por parte dos membros da Assembleia, tendo sido aprovados por unanimidade dos associados presentes. -----

No **Ponto Três**, vários Associados manifestaram o seu agrado pelas atividades da Associação e não solicitaram qualquer esclarecimento relativo a outros assuntos de interesse para a Associação. -----

Antes do encerramento, o Presidente da Mesa da Assembleia em exercício pediu à assembleia um voto de confiança para a elaboração desta Ata, para que as decisões tomadas produzissem efeitos imediatos. Voto esse que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. -----

A Mesa da Assembleia Geral:

